convibra
www.convibra.org

EDUCAÇÃO PERMANENTE: UMA ESTRATÉGIA PARA A QUALIDADE DA ASSISTÊNCIA

Marina Dayrell de Oliveira Lima[1]

Mariane da Costa Moura[2]

Marco Aurélio de Sousa[3]

Karla Rona da Silva[4]

[1] Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Campus Saúde, Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil. Mestre em Saúde e Enfermagem. Departamento de Enfermagem Materno-Infantil e Saúde Pública. E-mail: marina_dayrell@hotmail.com.

[2] Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Campus Saúde, Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil. Especialista em Formação de Educadores em Saúde. Departamento de Enfermagem Materno-Infantil e Saúde Pública. E-mail: marianedcm@hotmail.com.

[3] Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Campus Saúde, Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil. Mestre em Saúde e Enfermagem. Departamento de Enfermagem Materno-Infantil e Saúde Pública. E-mail: marcoausousa@hotmail.com.

[4] Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Campus Saúde, Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil. Professora Adjunta. Doutora em Enfermagem. Departamento de Gestão em Saúde. E-mail: karlarona0801@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A qualidade na saúde é um bem complexo e polissêmico, regida por características que ultrapassam a sua garantia viabilizada unicamente por processos avaliativos, como a eficácia, eficiência, acessibilidade, aceitabilidade, equidade e segurança (WHO, 2006).

A concepção de qualidade assistencial está diretamente relacionada à maneira como se dá o processo de trabalho, o que depende, entre outros determinantes, da atuação dos profissionais e do modo como esses agentes internalizam o conceito de qualidade e o expressam em ações no cotidiano dos serviços (DALLA VECCHIA, 2012).

No processo de trabalho em saúde, os profissionais configuram-se como agentes responsáveis pela integração em ato dos elementos constituintes desse processo, intermediando as relações entre os instrumentos e os sujeitos-objetos da intervenção, executando um projeto que é definido socialmente e mediado pela intersubjetividade dos sujeitos envolvidos (CARRAPATO; CASTANHEIRA; PLACIDELI, 2018).

Buscar qualidade, portanto, parece ser a busca do equilíbrio entre as ações desencadeadas pelo modelo gerencial e a excelência na assistência, gerando como produto o melhor para pacientes, familiares, instituição e para a comunidade como um todo, englobando todas as tecnologias disponíveis numa abordagem sistêmica, integrada e coerente (BURMESTER, 2018).

Nesse contexto, destaca-se a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), instituída no ano de 2004 pelo Ministério da Saúde (MS), como uma estratégia para valorização da qualidade das ações de saúde prestadas à população, por meio da articulação entre ensino e serviço (BRASIL, 2018).

A Educação Permanente em Saúde (EPS) se configura como uma proposta de aprendizagem no trabalho, onde o aprender e o ensinar se incorporam ao cotidiano das organizações, baseando-se na aprendizagem significativa e na possibilidade de transformar as práticas profissionais (BRASIL, 2020).

De acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), a educação dos profissionais de saúde é uma estratégia importante para a adoção de práticas seguras no trabalho em saúde, ao contribuir para a conscientização dos trabalhadores sobre as consequências de suas práticas e a importância da adesão as medidas de precauções e de biossegurança (ANVISA, 2011).

Caracteriza-se, portanto, como uma intensa vertente educacional com potencialidades ligadas a mecanismos e temas que possibilitam gerar reflexão sobre o processo de trabalho, autogestão, mudança institucional e transformação das práticas em serviço, por meio da proposta do aprender a aprender, de trabalhar em equipe, de construir cotidianos e eles mesmos constituírem-se como objeto de aprendizagem individual, coletiva e institucional (BRASIL, 2020).

A EPS é uma das formas mais profícuas de qualificar os profissionais da saúde, o que contribui para a valorização e a satisfação dos servidores, sendo também um valioso instrumento no aperfeiçoamento do processo de trabalho, perpassando pela superação do aprendizado para o trabalho e da lógica pontual das capacitações, aperfeiçoamentos e atualizações (SILVA et al., 2017; CAMPOS; SENA; SILVA, 2017).

Neste processo, os trabalhadores tornam-se protagonistas do seu fazer cotidiano, transformando contextos, construindo e desconstruindo saberes. Desta forma, a EPS possibilita a reflexão e intervenção sobre o processo de trabalho, partindo de uma situação existente no

intuito de superá-la, mudá-la, transformá-la em uma situação diferente e desejada, a partir de uma metodologia problematizadora (SENA et al., 2017).

Sabe-se da necessidade do profissional de saúde se aprimorar como agente que busca constantemente a qualidade assistencial por meio das suas práticas. Sendo assim, desenvolver ferramentas de aprendizagem reflexivas tem repercussões positivas no processo ensino-aprendizagem, articulando o mundo do trabalho com a academia, aproximando o processo de formação dos profissionais das demandas reais dos serviços, e, consequentemente, melhorando a qualidade assistencial em um cenário em que o profissional se configura como sujeito ativo no processo da sua formação (CASTRO; AMORIM, 2015; REIBNITZ et al., 2016).

Cabe ainda ressaltar que desenvolver pesquisas voltadas para EPS possibilita à comunidade científica compreender a importância da educação para melhorias da qualidade dos serviços de saúde, fortalecendo a utilização da EPS como uma estratégia mais abrangente para o favorecimento dos processos de trabalho em saúde (CARDOSO et al., 2017).

Reconhecendo a importância da educação permanente enquanto ferramenta para atualização e aprimoramento profissional, devendo esta ser incorporada aos serviços de saúde, este estudo apresenta como questão norteadora: Como a educação permanente pode contribuir para a melhoria da qualidade das práticas assistenciais desenvolvidas nos serviços de saúde?

Assim, o objetivo deste estudo é descrever as contribuições da educação permanente para a melhoria da qualidade das práticas assistenciais desenvolvidas nos serviços de saúde, referidas na literatura científica.

METODOLOGIA

A abordagem metodológica utilizada para a elaboração do presente estudo foi uma revisão integrativa da literatura, de caráter qualitativo e exploratório, constituída principalmente por artigos científicos e livros.

A revisão integrativa é um método de pesquisa que permite a síntese de diversos estudos publicados e possibilita conclusões gerais a respeito de uma particular área de estudo (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008). Ademais, possibilita a definição de conceitos, a revisão das teorias, a avaliação de evidências e a análise de questões metodológicas sobre um determinado tema (WHITTEMORE; KNAFL, 2005).

As etapas utilizadas para a coleta e análise de dados da revisão integrativa foram baseadas no protocolo de Mendes, Silveira e Galvão (2008):

a. Identificação do problema de pesquisa: o que os estudos têm revelado sobre as contribuições da educação permanente para a melhoria da qualidade das práticas assistenciais desenvolvidas nos serviços de saúde?
b. Elaboração das estratégias de busca: primeiramente realizou-se a seleção dos termos de busca, por meio da combinação entre as palavras-chaves, obtidas a partir dos "Descritores em Ciências da Saúde" (DeCS): “Educação permanente”, “Gestão da qualidade em saúde”, “Educação em saúde” e “Qualidade da assistência à saúde”, utilizando o operador boleano AND entre os termos previamente referidos.
c. Busca em fontes de dados publicados: foi realizada uma busca de dados bibliográficos publicados eletronicamente no Portal de Pesquisas da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Literatura Internacional em Ciências da Saúde (MEDLINE), Literatura da

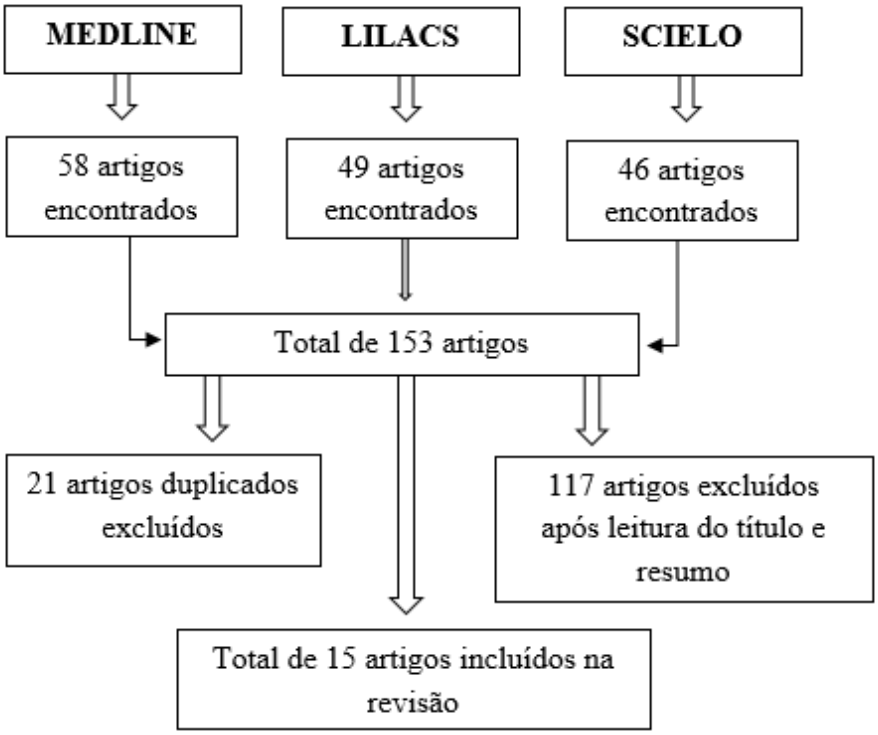
América Latina e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Scientific Electronic Library Online (SciELO).

d. Definição dos critérios de elegibilidade: para serem incluídos na presente revisão, os estudos deveriam atender aos seguintes critérios de inclusão: texto completo do artigo disponível; teses e dissertações, manuais, protocolos e legislações vigentes, em idiomas português, inglês, espanhol ou outras línguas que abordassem questões pertinentes à educação permanente enquanto estratégia para a qualidade da assistência, não delimitando a data de publicação. Os critérios de exclusão utilizados foram: artigos científicos que disponibilizavam somente o resumo, que não respondessem à pergunta do estudo, que eram disponibilizados em meio eletrônico com exigência de *login* e senha e/ou inscrição prévia com assinatura cobrada ou que não estavam relacionados com a área da saúde.
e. Avaliação da elegibilidade: triagem dos artigos e seleção dos artigos em revisão em pares, de modo independente, a fim de confirmar a elegibilidade dos estudos selecionados.
f. Discussão e interpretação dos resultados: após selecionar os artigos elegíveis que constituem a amostra final desta revisão, realizou-se uma exploração dos objetivos apresentados e a partir da aplicação da análise de conteúdo dos artigos, realizou-se uma classificação dos mesmos em categorias, conforme identificado nas temáticas exploradas pelos artigos.
g. Apresentação da revisão: foi organizado um quadro sinóptico (Quadro 1) nos resultados desta pesquisa, contemplando os principais estudos que permitiram uma discussão sobre a temática.

O presente artigo utilizou a análise de conteúdo de Bardin (2011), que propõe classificar em temas ou categorias os artigos selecionados na pesquisa integrativa, o que auxilia na compreensão do conteúdo das mensagens, permitindo a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Na Figura 1, pode-se verificar o diagrama que detalha o processo de triagem e seleção dos artigos:

Figura 1 – Diagrama de amostragem da pesquisa literária



Fonte: elaborada pelos autores (2020).

O estudo levou em consideração os aspectos éticos da pesquisa, respeitando a autoria das ideias, os conceitos e as definições presentes nos artigos incluídos na revisão.

RESULTADOS

A partir publicações selecionadas para este estudo, desenvolveu-se um quadro sinóptico (Quadro 1), contemplando as características dos principais estudos que permitiram uma discussão sobre a temática, segundo a referência da publicação, objetivo, abordagem metodológica e principais resultados.

Quadro 1 - Distribuição dos principais artigos incluídos na revisão integrativa segundo referência, objetivo, abordagem metodológica e principais resultados.

Referência	Objetivo e abordagem metodológica	Principais resultados
Silva MIA et al. Educação Permanente em Saúde na Estratégia de Saúde da Família: Relato da Elaboração do Plano de	Objetivo: relatar a experiência sobre o processo de elaboração de um plano de intervenção relacionado à Educação	Construir com plano de intervenção de EPS é muito desafiador, pois diversos contextos, sócio-político-econômico e operacionais devem ser considerados, para que ações futuras sejam não apenas

Intervenção. Revista Eletrônica Acervo Saúde. 2019; 11(16):1-8.	Permanente em Saúde na Estratégia de Saúde da Família no município de Belém/PA. Abordagem metodológica: relato de experiência com abordagem qualitativa.	viáveis, mas também eficazes. Além disso, a sensibilização da equipe refere-se a um dos principais desafios desse processo, levando em consideração que grande parte dos profissionais relatam desânimo e descrença quanto às possíveis mudanças no serviço e sua real efetivação. Logo, para o alcance dos objetivos e melhorias dos serviços de saúde, essa apropriação por parte dos profissionais em relação ao seu trabalho é necessária.
Ferreira L et al. Educação Permanente em Saúde na atenção primária: uma revisão integrativa da literatura. Revista Saúde em Debate. 2019; 43(120):223-239.	Objetivo: compreender a apropriação da EPS pela atenção primária no Brasil. Abordagem metodológica: revisão integrativa de literatura.	A EPS tem, no cenário das práticas, o processo de trabalho como objeto de transformação, partindo da reflexão crítica dos profissionais sobre a prática assistencial, buscando soluções em conjunto com a equipe para os problemas encontrados e qualidade do sistema de saúde. Para que ocorra a efetivação da compreensão da EPS torna-se necessário seu reconhecimento e legitimação como movimento e política educativa pelos trabalhadores da saúde no cenário de suas práticas.
Sá ACMGN et al. Contribuições da Educação Permanente para Qualificação da Assistência de Enfermagem em um Hospital Público. Revista Brasileira de Ciências da Saúde. 2018; 22(1): 87-94.	Objetivo: analisar as concepções dos profissionais de enfermagem em relação à educação permanente e o quanto este setor contribuiu para a qualificação do trabalho dessa equipe. Abordagem metodológica: estudo descritivo, transversal, de caráter qualitativo e quantitativo.	A maioria dos participantes responderam que a educação permanente tem como função promover aperfeiçoamento e melhorar e assistência prestada aos pacientes, sendo fundamental para a rotina do trabalho. A motivação para participar das atividades de educação permanente, para a maior parte dos participantes, foi a necessidade de aprendizagem e aprimoramento e a sobrecarga de trabalho foi citada como o principal fator que dificultou a participação.
Carrapato JFL, Castanheira ERL, Placideli N. Percepções dos profissionais de saúde da atenção primária sobre qualidade no processo de trabalho. Revista Saúde e Sociedade. 2018; 27(2):518-23.	Objetivo: descrever os núcleos de significação social identificados nas falas de profissionais de saúde da atenção primária com relação à qualidade das ações desenvolvidas. Abordagem metodológica: estudo de caso.	Foram identificados como núcleos de significação social relativos à qualidade na APS: acolhimento, diversidade de ofertas multiprofissionais e intersetoriais, relevância dos agentes comunitários para oferecer ligação entre equipe e comunidade, trabalho em equipe e gerenciamento democrático. Ainda que tais núcleos estejam socializados entre os profissionais como significado de qualidade, os tensionamentos e as contradições entre o legitimado como "desejável" e o instituído como prática representam limites concretos de

		efetivação do “dever ser”, não só de natureza político-institucional como também definidas pelos sentidos que os agentes de fato internalizam e reproduzem em práticas de saúde.
AMARO MOF et al. Concepções e práticas dos enfermeiros sobre educação permanente no ambiente hospitalar. Arq. Cienc. Saúde UNIPAR. 2018; 22(2):87-94.	Objetivo: compreender as concepções e práticas dos enfermeiros sobre a Educação Permanente no ambiente hospitalar. Abordagem metodológica: pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória.	Evidenciou-se que a educação permanente é concebida como treinamentos formais predominando a metodologia da transmissão de conhecimentos. O desinteresse e a falta de tempo foram aspectos dificultadores enquanto realização da prática no horário e ambiente de trabalho bem como a autonomia do profissional foram facilitadores. Sua implementação é permeada por barreiras como o dimensionamento inadequado e alcançar metas estabelecidas pela gestão da qualidade, mas apesar das dificuldades existentes, traz inúmeras contribuições para o serviço como redução de gastos, proporciona a oportunidade de conviver e conhecer a equipe de saúde e a transformação do processo de trabalho.
Silva LAA et al. Educação permanente em saúde na atenção básica: percepção dos gestores municipais de saúde. Revista Gaúcha de Enfermagem. 2017; 38(1):1-8.	Objetivo: Conhecer as estratégias de educação em saúde preconizadas e desenvolvidas aos trabalhadores da atenção básica pelos gestores. Abordagem metodológica: pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória.	Evidenciou-se que não há ou não constam no planejamento propostas de educação destinadas aos trabalhadores, enfatizando estratégias educativas compartimentadas, descontínuas e de bases tecnicistas. Além disso, foi demonstrado que os gestores desconhecem ou não valorizam esse importante instrumento de revitalização do conhecimento, de aperfeiçoamento pessoal, de geração de mudanças e, ainda, de qualificação gestão e da atenção.
Campos KFC, Sena RR, Silva KL. Educação permanente nos serviços de saúde. Escola Anna Nery Revista de Enfermagem. 2017; 21(4):1-10.	Objetivo: analisar a literatura sobre educação permanente, identificando a evolução conceitual e sua aplicação nos serviços de saúde no Brasil. Abordagem metodológica: revisão integrativa de literatura.	Destacou-se a concepção problematizadora como aporte para as ações educativas, indicando avanço conceitual sobre a educação permanente no Brasil. No entanto, as ações de educação permanente, por vezes, acontecem desarticuladas do processo de trabalho. Existem dificuldades de compreensão e aplicação, com repercussões nos serviços de saúde, revelando-se como desafio o comprometimento dos profissionais e gestores.

Cardoso MLM et al. A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde nas Escolas de Saúde Pública: reflexões a partir da prática. Revista Ciência & Saúde Coletiva. 2017; 22(5): 1489-1500.	Objetivo: analisar aspectos da implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, do Ministério da Saúde, tendo como referência as experiências das Escolas de Saúde Pública. Abordagem metodológica: abordagem reflexiva de natureza qualitativa.	Os princípios e valores da EPS foram apropriados nas escolas envolvidas no estudo e se encontram presentes como prática pedagógica não apenas em instâncias evidentemente educativas, como processos formativos, mas na própria gestão e ações de desenvolvimento institucional, bem como na sua atuação política. Ressalta-se o importante papel desempenhado por essas escolas como coindutoras da política de Educação Permanente em Saúde no país e sua capacidade de mobilização de diferentes agentes sociais.
Sena et al. Educação permanente nos serviços de saúde: atividades educativas desenvolvidas no estado de Minas Gerais, Brasil. Revista Gaúcha de Enfermagem. 2017; 38(2):1-7.	Objetivo: analisar atividades educativas desenvolvidas no estado de Minas Gerais, Brasil, consideradas como Educação Permanente em Saúde. Abordagem metodológica: estudo de natureza mista, de abordagem quanti-qualitativa.	A principal motivação para realização das práticas foi apontada como a necessidade de fazer um diagnóstico dos problemas enfrentados, com prevalência de práticas informadas voltadas para a Atenção Básica, contudo, existe pouca preocupação da gestão em relacionar uma determinada concepção pedagógica com um determinado termo conceitualmente carregado de significado, na perspectiva de superar problemas práticos do serviço, transformando a realidade, otimizando a qualidade da gestão e da assistência.
Silva KL, Matos JAV, França BD. A construção da educação permanente no processo de trabalho em saúde no estado de Minas Gerais, Brasil. Escola Anna Nery. 2017; 21(4):1-8.	Objetivo: analisar as práticas de educação permanente em saúde (EPS) e as suas repercussões no processo de trabalho dos atores envolvidos. Abordagem metodológica: estudo qualitativo.	Denominação de ações educativas como treinamento ainda impera entre profissionais, perspectiva contrária à política nacional. Porém, foi possível identificar sinais de EPS no cotidiano dos profissionais, indicando mudanças no processo de trabalho. Há indícios de um processo de transformação das práticas educativas mobilizados pela EPS, apesar do modelo hegemônico de educação no campo do trabalho em saúde.
CARDOSO MLM, et al. A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde nas Escolas de Saúde Pública: reflexões a partir da prática. Ciência& Saúde Coletiva, 2017; 22(5): 1489-1500.	Objetivo: analisar aspectos da implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, do Ministério da Saúde, tendo como referência as experiências das Escolas de Saúde Pública. Abordagem metodológica: estudo exploratório,	Os princípios e valores da EPS foram apropriados nas escolas trabalhadas e se encontram presentes como prática pedagógica não apenas em instâncias evidentemente educativas, como processos formativos, mas na própria gestão e ações de desenvolvimento institucional, bem como na sua atuação política. Ressalta-se o importante papel desempenhado por essas escolas como coindutoras da política de Educação Permanente em Saúde no país e sua

	qualitativo, baseado em epistemologia reflexivista.	capacidade de mobilização de diferentes agentes sociais. Necessita-se de uma melhor articulação entre gestores e profissionais da saúde, bem como de monitoramento e avaliação de impacto das ações realizadas.
Farias QLT et al. Implicações das tecnologias de informação e comunicação no processo de educação permanente em saúde. RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde. 2017; 11(4):1-11.	Objetivo: compreender as implicações das tecnologias de informação e comunicação (TIC) no processo de educação permanente em saúde. Abordagem metodológica: revisão integrativa de literatura.	As TIC são responsáveis por implicações positivas no processo de educação permanente de profissionais da saúde, embora ainda haja desafios a serem superados, como a falta de investimento em alguns estabelecimentos de saúde e um maior acompanhamento dos tutores em relação aos participantes. É nítido que grandes avanços já foram alcançados, entre eles, a facilidade de acesso às informações que possibilitam. Pode-se afirmar que as TIC configuram-se como uma das ferramentas inovadoras que podem facilitar o processo de ensino-aprendizagem nos serviços de saúde.
Reibnitz KS et al. Reorientação da formação do enfermeiro: análise a partir dos seus protagonistas. Revista Gaúcha de Enfermagem. 2016;37(esp):1-8.	Objetivo: Analisar as mudanças que ocorreram na formação do enfermeiro a partir do programa Pró-Saúde e as suas repercussões na prática profissional de egressos destes cursos. Abordagem metodológica: estudo de caso.	Ficou evidenciado como limitações do programa Pró-Saúde a estrutura curricular e integração ensino-serviço. Nota-se a sua importância como ferramenta de estímulo para a mudança do processo de trabalho a partir da prática profissional dos egressos de enfermagem. O programa é reconhecido pelo seu impacto na formação e processo de trabalhos dos egressos. Contudo, é necessário criar políticas locais para garantir a sustentabilidade das ações de integração ensino-serviço.
Silva LAA et al. Avaliação da educação permanente no processo de trabalho em saúde. Trabalho, Educação e Saúde. 2016; 14(3):765-781.	Objetivo: conhecer as mudanças ocorridas no processo de trabalho decorrentes da educação permanente em saúde. Abordagem metodológica: pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória.	O conhecimento dos sujeitos da pesquisa em relação à educação permanente é limitado e, de maneira geral, as formas de avaliação das ações educativas são desconhecidas. As ações decorrentes dos programas educativos carecem de estar associadas a um contínuo aperfeiçoamento. A educação precisa estar configurada com as necessidades e particularidades de cada segmento de trabalho, de forma a obter as transformações nos modos de gestão e atenção. A reconfiguração do processo de trabalho está representada por ações contínuas, em que a religação da tríade gestão, educação e atenção constitui-se em uma forma de fomento e

		fortalecimento de todos os segmentos envolvidos.
Ferreira RG. A educação permanente na formação contínua dos profissionais de enfermagem. Sustinere Revista de Saúde e Educação. 2015; 3(2):128-142.	Objetivo: descrever as práticas educativas em saúde, destacando a educação permanente e analisar os contrapontos e intersecções à efetividade da assistência, mediante a prática de educação permanente. Abordagem metodológica: revisão integrativa de literatura.	A educação permanente propõe a reestruturação dos serviços, a partir do cotidiano de trabalho, tendo o profissional como sujeito, no centro do processo de ensino aprendizagem. Para constituir processos educativos para os serviços atualmente, tornou-se indispensável pensar o trabalho, a configuração dos trabalhadores inseridos no processo de trabalho e nos contextos reais de suas práticas.

Fonte: elaborado pelos autores (2020).

DISCUSSÃO

Após selecionar os artigos elegíveis que constituem a amostra final desta revisão, realizou-se uma exploração dos objetivos apresentados e a partir da aplicação da análise de conteúdo dos artigos, realizou-se uma classificação dos mesmos em categorias, que serão apresentadas a seguir.

Concepções de Educação Permanente em Saúde

A EPS, amplamente debatida e aprovada através da Resolução CNS n. 353/2003 e da Portaria MS/GM n. 198/2004, na XII Conferência Nacional de Saúde e no Conselho Nacional de Saúde (CNS), é compreendida como a aprendizagem no cotidiano das organizações e se fundamenta na possibilidade de transformar as práticas profissionais (BRASIL, 2003; BRASIL, 2004).

Com o intuito de garantir melhor desempenho na assistência, as instituições de saúde vêm investindo progressivamente em programas de educação permanente, ao considerar que a ciência aliada ao conhecimento teórico-prático passa por inovações rápidas, frequentes e constantes (SOUSA, 2014).

As capacitações realizadas com as equipes de saúde por meio de palestras, rodas de conversa e treinamentos, têm como objetivo diminuir os riscos e danos que podem ser desencadeados a partir do processo de trabalho assistencial, visando compartilhar com os profissionais ações e estratégias de redução de agravos aos pacientes (POZZO, 2014).

Ademais, além de oferecer conhecimento teórico-prático, buscam promover reflexões da assistência prestada no cotidiano do serviço, considerando a realidade e as necessidades peculiares dos profissionais e da instituição (SÁ et al., 2018; SILVA et al., 2017), levando em consideração as dinâmicas dos setores envolvidos, a gestão, a economia, o perfil dos profissionais e a política institucional (FERREIRA, 2015).

Hodiernamente, é inquestionável a relevância para os serviços de assistência à saúde da necessidade de capacitar os seus profissionais, contando com a educação reflexiva e participativa (PERES; LEITE; GONÇALVES, 2010).

O ensino na educação permanente deve incluir os trabalhadores como membros de um processo de construção social e de saberes (PEIXOTO et al., 2013). Os conteúdos trabalhados devem estar em consonância com a realidade da organização, considerando as particularidades de cada setor e as demandas dos profissionais. Quando propostas pedagógicas não são adequadas à realidade, tendem a ser desmotivadoras e improdutivas (SILVA; SELFFERT, 2009; MORAIS FILHO et al., 2013).

Para a efetividade das atividades educativas nos serviços de saúde, o núcleo de educação permanente, os profissionais e a instituição devem estar comprometidos com todo o processo. Cabe aos profissionais se envolverem e assumirem um comportamento participativo; por sua vez, os profissionais responsáveis pela educação permanente devem considerar o contexto, a realidade institucional e as condições de trabalho oferecidas (MORAIS FILHO et al., 2013).

É crucial a abordagem de assuntos que contemplem a formação de competências e atitudes profissionais, estimulando-os a refletir sobre aspectos relacionados à comunicação, tomada de decisão e trabalho em equipe, bem como o papel e a importância do sistema de saúde do qual fazem parte (BEZERRA et al., 2012).

Nessa perspectiva, é preciso promover oportunidades educativas efetivas, alicerçadas na conscientização da educação como estratégia de crescimento dos profissionais e reconhecimento dos mesmos no desenvolvimento dos processos de trabalho. A educação deve motivar a transformação pessoal e profissional, além de permitir aos indivíduos a possibilidade de construir-se no universo de trabalho (MARQUIS; HUSTON, 2010).

Educação Permanente em Saúde como prática indicadora da qualidade assistencial

A qualidade assistencial refere-se a uma das principais expectativas dos serviços de saúde, podendo ser alcançada por meio de importantes e estratégicas ferramentas, como a capacitação e o desenvolvimento profissional (BRASIL, 2007).

Para o exercício de práticas comprometidas com o crescimento e o fortalecimento das instituições de saúde, fazem-se necessárias ações voltadas para o aprimoramento pessoal daqueles que trabalham direta e indiretamente na assistência aos clientes dos serviços (MACÊDO, ALBUQUERQUE; MEDEIROS, 2014). Por consequência, quando os recursos humanos participam destas ações, processos de trabalho qualitativos são desencadeados possibilitando à coletividade melhoria no acesso e na qualidade dos serviços (SILVA et al., 2016).

A EPS se consolida como um importante instrumento que visa qualificar os profissionais e suas práticas, tendo em vista que problematiza os processos de trabalho in loco. Além disso, possibilita a contribuição para a organização dos serviços, por ter como base as necessidades emergidas dos indivíduos e da coletividade, bem como da gestão e do controle social em saúde (BRASIL, 2006).

O desenvolvimento destas competências estimula a formação de profissionais críticos, reflexivos, criativos, que se ancoram na problematização da realidade como objeto principal da atuação profissional, o que contribui significativamente para a melhoria da qualidade da assistência em saúde (COTTA; MENDONÇA; COSTA, 2013).

Participantes de um estudo realizado sobre o impacto das práticas de EPS nos serviços de saúde referiram que a utilização desta ferramenta favoreceu a melhoria da qualidade do cuidado ofertado e de indicadores de qualidade. Essa propõe mudanças cotidianas do trabalho e coloca os diferentes seguimentos em constantes inquietações sobre os seus processos (SILVA; MATOS; FRANÇA, 2017).

A EPS emerge da necessidade clara em redirecionar o modelo assistencial, na perspectiva de melhorar a qualidade dos serviços de saúde, por meio de intervenções de aprimoramento dos processos de trabalho. Para isso, as práticas transformadoras devem ser estabelecidas propiciando uma estreita ligação entre o que foi concebido nas capacitações e o que é praticado no trabalho (BRASIL, 2013).

É comprovado que o processo educativo realizado da maneira correta apresenta bons resultados e que a utilização de metodologias dinâmicas no processo educativo promove adesão e repercute em melhorias na qualidade das práticas do cuidado (MORAIS et al, 2013).

As práticas educativas, devem, sobretudo, terem como objetivos principais o alcance da qualidade por excelência na prestação de serviços e integração de equipes. Tais práticas visam propósitos e ideais semelhantes, como o desenvolvimento da equipe como um todo, sintonia, harmonia e articulação entre teoria e prática, dando a devida importância a um serviço que visa o cuidado às pessoas em necessidades de saúde (SÁ et al., 2018; FARIAS et al., 2017).

Acredita-se que a formação e o desenvolvimento dos trabalhadores da saúde devem se dar de forma reflexiva, participativa e contínua, voltados para as necessidades locais, dos serviços e das pessoas, fortalecendo o elo entre gestores, instituição de ensino, profissionais de saúde e a população na melhoria da qualidade do sistema de saúde (FERREIRA et al., 2019).

Principais avanços, desafios e melhorias assistenciais alcançadas por intermédio da Educação Permanente em Saúde

Os desafios propostos pelas diversas instituições de saúde exigem que os processos educativos avancem, no sentido de proporcionar um maior envolvimento dos profissionais e, consequentemente, melhorias progressivas dos processos assistenciais. Visando a um maior poder de resolução, satisfação e adequação das ações e dos serviços propostos pela PNEPS, faz-se necessário que as práticas de EPS sejam diversificadas e inovadoras, para que alcancem diferentes públicos e seus objetivos (FARIAS et al., 2017).

Depois da PNEPS, surgiram estratégias que visam oferecer a ampliação dos benefícios conquistados por meio da referida política, a partir das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), destacando-se a Comissão Interministerial de Gestão da Educação na Saúde, o Programa Nacional de Telessaúde Brasil e a Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS) (PRADO, 2012).

A utilização desses recursos tecnológicos oportuniza autonomia e responsabilidade pela aquisição do próprio conhecimento. Nesse sentido, além de possibilitar a aquisição de novos conhecimentos, auxiliam no desenvolvimento e no exercício de habilidades tecnológicas, seja na modalidade presencial, na semipresencial ou na educação a distância (LIMA et al., 2015).

Ademais, as TIC referem-se a um meio de aprendizagem crescente devido ao seu baixo custo e à possibilidade de superar as barreiras geográficas. A facilidade de acesso permite alcançar um elevado número de pessoas, estimulando o raciocínio crítico e o protagonismo dos participantes, por meio da construção de uma aprendizagem significativa que, por sua vez, propicia aos envolvidos a produção de seus próprios saberes, de forma individual e coletiva,

por meio dos momentos de interação, troca de experiências e de vivências que possibilitam (FARIAS et al., 2017).

Uma pesquisa realizada com o objetivo de analisar as práticas de EPS e as suas repercussões nos processos de trabalho de instituições de saúde de Minas Gerais revelou que os profissionais acreditam nas contribuições positivas das capacitações para melhorias assistenciais e estímulo à reflexão sobre as necessidades das práticas cotidianas, configurando-se como um potencial transformador das realidades institucionais (SILVA; MATOS; FRANÇA, 2017).

Aqueles profissionais que participaram dos processos educativos referiram ter adquirido confiança e segurança para prestar a assistência, bem como ter percebido uma maior confiança dos pacientes no profissional capacitado (SILVA; MATOS; FRANÇA, 2017).

Um estudo desenvolvido com o objetivo de analisar as concepções de profissionais de saúde de um hospital público de Minas Gerais sobre a educação permanente demonstrou que os mesmos a reconhecem como uma ferramenta que contribui para a qualificação do trabalho, por meio da realização de treinamentos e atualização da equipe. Destacou-se a sua importância para a discussão de inovações e esclarecimento de dúvidas, sendo primordial para o estímulo ao aperfeiçoamento, possibilitando reflexões sobre a prática assistencial e oportunidades de melhorias para a instituição (SÁ et al., 2018).

Outro estudo recente realizado com o objetivo de relatar a experiência sobre a elaboração de um plano de intervenção relacionado à EPS descreveu a sensibilização da equipe como um dos principais desafios desse processo, levando em consideração que grande parte dos profissionais relatam desânimo e descrença quanto às possíveis mudanças no serviço e sua real efetivação (SILVA et al., 2019).

Em relação aos fatores que dificultam a participação dos profissionais nos encontros para educação em saúde, estudos referem sobrecarga de trabalho, horários incompatíveis, inadequações no cotidiano de trabalho, como quadro de pessoal aquém do necessário, divulgação deficiente, falta de planejamento das atividades educativas e de valorização das iniciativas de EPS pelas gestões institucionais (FERREIRA et al., 2019; SÁ et al., 2018).

Apesar de a EPS ser uma proposta para melhoria da qualidade assistencial, ainda se percebe a falta de estrutura da instituição para que a mesma seja implementada. As falas dos entrevistados de uma pesquisa incitam alguns aspectos contraditórios, como o desejo de participar das capacitações, e ao mesmo tempo, o desinteresse dos profissionais (AMARO et al., 2018).

Ademais, o estímulo à reflexão crítica dos profissionais de saúde no seu contexto de trabalho consiste em um grande desafio da EPS, tornando-se necessário o aprimoramento contínuo de métodos educativos e de processos sistematizados e participativos no espaço de trabalho (FERREIRA et al., 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação permanente é uma importante ferramenta que visa capacitar e desenvolver os profissionais de saúde para alcançar a qualidade assistencial.

Refere-se a um processo educativo que envolve questões do trabalho, por meio das experiências profissionais e conteúdo científico, pela necessidade de solucionar problemas e minimizar riscos assistenciais, sendo seu principal objetivo promover o desenvolvimento de habilidades e competências a fim de fortalecer o processo de trabalho.

Constata-se que a educação permanente é um procedimento de qualificação profissional capaz de suprir as necessidades de aprendizagem dos sujeitos envolvidos à medida em que mudanças são necessárias nos processos de trabalho.

A educação permanente contribui para a atualização do conhecimento teórico e para aprimorar as práticas assistenciais no campo do trabalho, tendo como objetivo a melhoria nos processos assistenciais. Portanto, para isso, os processos educativos devem ser planejados, bem elaborados, considerando o contexto em que os profissionais estão inseridos e as suas necessidades individuais e coletivas de aprendizagem. A programação das atividades deve considerar as condições de trabalho, compatibilidade de horários, conscientização da gestão e motivação da equipe.

Esta importante ferramenta estabelece desafios cuja superação exige recursos intelectuais, técnicos e financeiros das organizações de saúde, estimulando a participação dos profissionais como transformadores da realidade, detectando problemas e buscando soluções eficientes.

É necessário, então, avaliar a melhor maneira de como aplicar a educação permanente nas práticas profissionais, estimulando os sujeitos envolvidos de forma que compreendam a importância desta prática para o aprimoramento do seu potencial. Ressalta-se a importância da educação permanente nos serviços da saúde, fazendo refletir criticamente sobre o seu cotidiano e sobre sua prática, (re)significando a qualidade no cuidado, ao encontro do que preconiza a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde.

Os estudos de revisão, como este, são limitados dadas suas características metodológicas. Contudo, estudos deste tipo avançam no sentido de explorar o contexto da produção científica produzida acerca de determinado tema. Os resultados e a discussão apresentados buscaram articular os elementos destacados em pesquisas sobre a articulação ensino-serviço e o impacto na qualidade. O intuito principal foi, além de resgatar um panorama de perspectivas publicadas, contribuir como subsidio teórico com categorias de base para a formulação e discussão de outros estudos com o mesmo objeto.

REFERÊNCIAS

AMARO, M.O.F. et al. Concepções e práticas dos enfermeiros sobre educação permanente no ambiente hospitalar. Arq. Cienc. Saúde UNIPAR, Umuarama, v. 22, n. 2, p. 87-94, 2018.

ANVISA. Boletim Informativo sobre a Segurança do Paciente e Qualidade Assistencial em Serviços de Saúde. Brasília: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2011.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEZERRA, A.L.Q. et al. O processo de educação continuada na visão de enfermeiros em um hospital universitário. Rev. Eletr. De enferm. Online, v. 14, n. 3, p. 618-625, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº. 1 996/GM/MS, de 20 de agosto de 2007. Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e dá outras providências. Brasília: MS; 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Saúde. Departamento de gestão da educação na saúde. Política de educação e desenvolvimento para o SUS: caminhos

para a educação permanente em saúde – Pólos de educação permanente em saúde. Brasília: 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde: o que se tem produzido para o seu fortalecimento? / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Departamento de Gestão da Educação na Saúde – 1. ed. rev. – Brasília: Ministério da Saúde, 2018. 73 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Educação Permanente (PNEPS). 2020. Disponível em: https://www.saude.gov.br/trabalho-educacao-e-qualificacao/gestao-da educacao/qualificacao-profissional/40695-politica-nacional-de-educacao-permanente-pneps. Acesso em: 01/04/2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 399, de 22 de fevereiro de 2006. Divulga o Pacto Pela Saúde 2006: Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto. Brasília, DF, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB): Manual instrutivo. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.
BURMESTER, H. Gestão da qualidade em saúde. Rev. Adm. Saúde - Vol. 18, Nº 70, jan. – mar. 2018.

CAMPOS, K.F.C.; SENA, R.R.; SILVA, K.L. Educação permanente nos serviços de saúde. Esc Anna Nery, v. 21, n. 4, p. 1-10, 2017.

CARDOSO, M.L.M. et al. A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde nas Escolas de Saúde Pública: reflexões a partir da prática. Ciência& Saúde Coletiva, v. 22, n. 5, p. 1489-1500, 2017.

CARRAPATO, J.F.L.; CASTANHEIRA, E.R.L.; PLACIDELI, N. Percepções dos profissionais de saúde da atenção primária sobre qualidade no processo de trabalho. Saúde Soc. São Paulo, v.27, n.2, p.518-530, 2018.

CASTRO, M.M.C.; AMORIM, R.M.A. A formação inicial e a continuada: diferenças conceituais que legitimam um espaço de formação permanente de vida. Cad. Cedes, Campinas, v. 35, n. 95, p. 37-55, 2015.

COTTA, R.M.M.; COSTA, G.D.; MENDONÇA, E. T. Portfólio reflexivo: uma proposta de ensino e aprendizagem orientada por competências. Cien Saude Colet. v. 18, n. 6, p. 1847-1856, 2013.

DALLA VECCHIA, M. Trabalho em equipe na atenção primária à saúde: fundamentos histórico-políticos. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

FARIAS, Q.L.T. et al. Implicações das tecnologias de informação e comunicação no processo de educação permanente em saúde. RECIIS – Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde., v. 11, n. 4, p. 1-11, 2017.

FERREIRA, L. et al. Educação Permanente em Saúde na atenção primária: uma revisão integrativa da literatura. Saúde debate, v. 43, n. 120, p. 223-239, 2019.

FERREIRA, R.G. A educação permanente na formação contínua dos profissionais de enfermagem. Sustinere Revista de Saúde e Educação, v. 3, n. 2, p. 128-142, 2015.

MACÊDO, N.B.; ALBUQUERQUE, P.C.; MEDEIROS, K.R.. O desafio da implementação da educação permanente na gestão da educação na saúde. Trab. educ. saúde, 66 Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 379-401, 2014.

MARQUIS, B; HUSTON, CJ. Administração e liderança em enfermagem: teoria e prática. Tradução de Regina Garcez. 6 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MENDES, K.D.S.; SILVEIRA, R.C.C.P.; GALVÃO, C.M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a Incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-64, 2008.

MORAIS FILHO, L.A.M. et al. Educação permanente em saúde: uma estratégia para articular ensino e serviço. Rev Rene. Online, Rio Grande do Norte, v. 14, n. 5, p. 1050-60, 2013.

PEIXOTO, L.S. et al. Educação permanente, continuada e em serviço: desvendando seus conceitos. Enfermería Global., v. 29, p. 324-340, 2013.

PERES, H.H.C.; LEITE, M.M.J.; GONÇALVES, M.V.L. Educação Continuada: recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento, e avaliação de desempenho profissional. In: KURCGANT, P. Gerenciamento em Enfermagem. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

POZZO, M.J.D. Educação permanente em saúde: estratégia para implantar protocolos de segurança do paciente em um hospital público. 2014. 79 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Porto Alegre.

PRADO, M.L. Políticas e programas de educação permanente em saúde no Brasil: revisão integrativa de literatura. Saúde. & Transformação Social., v. 3, n. 2, p. 113-28, 2012.

REIBNITZ, K.S. et al. Reorientação da formação do enfermeiro: análise a partir dos seus protagonistas. Rev Gaúcha Enferm., v. 37, 2016.

SÁ, A.C.M.G.N. et al. Contribuições da Educação Permanente para Qualificação da Assistência de Enfermagem em um Hospital Público. Ver. Bras. ciênc. saúde, Online, v. 22, n. 1, p. 87-94, 2018.

SENA, R.R. et al. Educação permanente nos serviços de saúde: atividades educativas desenvolvidas no estado de Minas Gerais, Brasil. Rev Gaúcha Enferm., v. 38, n. 2, p. 1-7, 2017.

SILVA, G.M.D.; SELFFERT, O.M.L.B. Educação continuada em enfermagem: uma proposta metodológica. Rev Bras Enferm, Online. Brasília, v. 62, n. 3, p. 362-6, 2009.

SILVA, K.L.; MATOS, J.A.V.; FRANÇA, B.D. A construção da educação permanente no processo de trabalho em saúde no estado de Minas Gerais, Brasil. Escola Anna Nery., v. 21, n. 4, 2017.

SILVA, L.A.A et al. Avaliação da educação permanente no processo de trabalho em saúde. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p.765-781, dez. 2016.

SILVA, L.A.A. et al. Educação permanente em saúde na atenção básica: percepção dos gestores municipais de saúde. Rev Gaúcha Enferm., v. 38, n. 1, p. 1-8, 2017.

SILVA, M.I.A. et al. Educação Permanente em Saúde na Estratégia de Saúde da Família: Relato da Elaboração do Plano de Intervenção. Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 11, p. 16, 2019.

SOUSA, A.F.D. Educação Continuada em Enfermagem para a Segurança do Paciente: Uma revisão integrativa da literatura. 2014. Dissertação (Mestrado) Pontíficia Universidade Católica de São Paulo, Mestrado em Educação: Psicologia da Educação.

WHITTEMORE, R.; KNAFL, K. The integrative review: updated methodology. Journal of Advanced Nursing, Oxford, v. 52, n. 5, p. 546-553, 2005.

WHO. World Health Organization. [Internet]. Quality of care: a process for making strategic choices in health systems. Geneva; 2006 [acesso em 03 ago 2015]. Disponível: http://www.who.int/management/quality/assurance/QualityCare_B.Def.pdf